



93

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

HABEAS CORPUS Nº 0007751-05.2014.8.17.0000 (0344538-3)

IMPETRANTES: Bel. Walnir Graça Ferreira (OAB/CE 6510-A)

Bel. Raimundo Andrade Moraes (OAB/CE 3392)

PACIENTE: Marta Suely Moraes

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Mariléa de Souza Correia Andrade

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. FURTO QUALIFICADO POR TER SIDO PRATICADO COM ABUSO DE CONFIANÇA E EM CONCURSO DE PESSOAS. PLEITO DE TRANCAMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE NA VIA ESTREITA DO *WRIT*. APROFUNDADO REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR DA PACIENTE E CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA À MESMA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA DA MEDIDA CONSTRITIVA QUE RECOMENDA A SEGREGAÇÃO CAUTELAR. GARANTIA DA APLIAÇÃO DA LEI PENAL. PACIENTE QUE ESTÁ FORAGIDA. DESCABIMENTO DA CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 321 DO CPP. ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL. NÃO OCORRÊNCIA. FEITO EM QUE HOUVE A SUSPENSÃO DO PROCESSO E DO PRAZO PRESCRICIONAL EM RAZÃO DA FUGA DA PACIENTE. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. É incabível na via estreita do *habeas corpus* trancar a ação penal por ausência de elemento material indiciário para embasar a exordial acusatória, porquanto acolher essa alegação requer, necessariamente, um exame acurado do conjunto fático e, também, de ampla produção de provas, somente deslindável por meio da instrução;

2. Considerando que o decreto preventivo apresenta fundamentação idônea a demonstrar a necessidade da medida, sobretudo, para garantia da aplicação da lei penal, em razão da fuga da paciente do distrito da culpa, inviável a revogação da custódia preventiva e a consequente concessão da liberdade provisória à paciente, segundo inteligência dos artigos 311, 312 e 321 do Código de Processo Penal;

3. Em razão da paciente não ter sido encontrada, o processo e o prazo prescricional ficaram suspensos e, na hipótese, o crime imputado à paciente (furto qualificado) tem pena máxima de oito anos, a qual, segundo o artigo 109,



94

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

inciso III do Código Penal, prescreve em doze anos, lapso temporal que ainda não foi alcançado desde que se reiniciou a contagem do prazo para a prescrição, ao menos de acordo com o que consta destes autos

4. Ordem denegada. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *habeas corpus* nº 0007751-05.2014.8.17.0000 (0344538-3), em que figuram como partes as acima mencionadas, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia ____/____/____, por decisão unânime, em denegar a ordem, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 24 de setembro de 2014.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



95

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

HABEAS CORPUS Nº 0007751-05.2014.8.17.0000 (0344538-3)

IMPETRANTES: Bel. Walnir Graça Ferreira (OAB/CE 6510-A)

Bel. Raimundo Andrade Moraes (OAB/CE 3392)

PACIENTE: Marta Suely Moraes

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Mariléa de Souza Correia Andrade

RELATÓRIO

Trata-se de ordem de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrada pelos advogados Walnir Graça Ferreira e Raimundo Andrade Moraes, em favor de **Marta Suely Moraes**, qualificada nos autos, apontando como autoridade coatora o Exmo. Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal da Capital/PE, juízo perante o qual a paciente responde ao processo de NPU 0013960-46.1998.8.17.0001.

Mediante petição bastante confusa, alegam os impetrantes, em síntese, a ilegalidade do decreto de prisão preventiva exarado contra a paciente em face da inexistência dos motivos justificadores dessa medida e das suas condições pessoais favoráveis à liberdade provisória (primária, portadora de bons antecedentes, com emprego certo, residência fixa e nível superior).

Defendem que a liberdade da paciente não gera qualquer prejuízo à ordem pública, à instrução criminal ou mesmo à aplicação da lei penal, carecendo o decreto de prisão de fundamentação idônea.

Diante dessas razões, pleiteiam, liminarmente, a revogação da ordem de prisão preventiva da paciente, com o consequente recolhimento do mandado de prisão; o reconhecimento da prescrição, sob a alegação de que “da data da ocorrência do fato (12/11/1997) até hoje já se passaram 16 anos e sete meses”; bem como o trancamento da ação penal, pois afirmam que o Ministério Público pugnou pela absolvição da mesma, desistiu de todas as testemunhas de acusação e de “sua prova em juízo”. No mérito, pugnam pela concessão da presente ordem em definitivo.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 18/30.

1



96

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

O pedido liminar realizado no bojo da impetração foi indeferido, mediante a decisão interlocutória acostada às fls. 37/39. Nesta mesma decisão foram solicitadas as informações de praxe, as quais foram prestadas, conforme se observa da leitura do documento de fls. 46/47.

Com vista dos autos, a ilustre Procuradora de Justiça, Dra. Mariléa de Souza Correia Andrade, ofertou o parecer de fls. 87/89 pela concessão da ordem, para que seja revogada a custódia cautelar da paciente e lhe sejam aplicadas medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Srs. Desembargadores,

Conforme relatado, este *writ* foi impetrado com o escopo de sanar suposto constrangimento ilegal à liberdade de locomoção da paciente.

Vejamos.

A exordial acusatória narrou que em 12/11/1997 foi registrado o Boletim de Ocorrência nº 2556/97 perante a 9ª Delegacia de Polícia desta Capital, em razão do desaparecimento de mercadorias do estoque da loja Geraldo Equipadora.

Consta que Marta, ora paciente, e José Matias, os quais eram funcionários da empresa retromencionada, de comum acordo e abusando da confiança do proprietário do estabelecimento comercial, furtaram do estoque da referida loja vários aparelhos de telefone celular (descritos no Termo de Apresentação e Apreensão). Extraí-se que coube à paciente vender tais bens pelo preço que havia acertado com o codenunciado Matias.

Assim, depreende-se que os celulares foram vendidos a pessoa de Robson Bacelar de Souza, o qual adquiriu 05 (cinco) aparelhos, tendo pago R\$ 100,00 (cem reais) em espécie e a irrisória quantia de R\$ 1000,00 em cheque por estes bens. Consta que, posteriormente, tal cheque foi apreendido e juntado ao inquérito policial.



97

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

Ainda da leitura da exordial acusatória, depreende-se que, de posse dos telefones, Robson se associou a Antônio Fernando de Holanda Neto, de modo que, os dois juntos, ofereceram os referidos celulares a Carlos Augusto Zambolini Lins, o qual era proprietário da loja TOPCELL, localizada no bairro da Madalena, na cidade de Recife/PE. Este último pagou a quantia de R\$ 2.130,00 pela compra dos mencionados telefones.

Por fim, a Denúncia relata que Carlos Augusto Zambolini Lins, que teve os celulares apreendidos em seu poder, afirmou que a operação de compra dos mesmos não lhe pareceu incorreta, uma vez que o preço pago pelos aparelhos foi o praticado no mercado.

Deste modo, Marta (ora paciente) e José Matias foram denunciados pela suposta conduta tipificada no artigo 155, § 4º, incisos II e IV do Código Penal (furto qualificado por ter sido praticado com abuso de confiança e em concurso de pessoas) e os demais pela suposta prática da infração penal contida no artigo 180 do Código Penal (receptação).

Descritos os fatos narrados na denúncia, também vale ressaltar o que relata a autoridade impetrada nas informações de fls. 46/47.

O magistrado de piso noticia que a Denúncia foi recebida em 06/05/1998 e que o processo transcorreu normalmente em relação a todos os acusados, com exceção da paciente, uma vez que nunca foi localizada, apesar de todas as diligências empreendidas para tentar encontrá-la.

Diante disso, consta que o juiz singular suspendeu o processo e o prazo prescricional em relação à paciente, estando os autos no cartório daquele juízo aguardando a localização da mesma.

Destaca ainda que, em fevereiro de 2012, o representante ministerial representou pela prisão preventiva da acusada e que no dia 14/02/2012 foi decretada a custódia cautelar desta.

Ao final, o magistrado processante consigna que, em julho deste ano, o defensor particular da paciente ofereceu defesa preliminar, alegações finais e requereu a revogação da segregação cautelar desta, pois ela está fora do país e pretende retornar ao Brasil. Todavia, o juiz em apreço denegou tal pleito.



98

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

Pois bem.

Inicialmente, cumpre destacar que não merece guarida o pleito de trancamento da ação penal realizado neste *writ*.

Como sabido, para o início da persecução penal faz-se necessário, tão somente, a existência de indícios de autoria, os quais, na hipótese, ao menos na análise cabível em sede de *habeas corpus*, restam consubstanciados pelas investigações policiais, pois, conforme se observa da decisão de fls. 63/66, houve denúncia anônima de que a paciente seria uma das autoras do delito em questão.

Saliente-se, por oportuno, que é incabível na via estreita do *mandamus* trancar a ação penal por ausência de elemento material indiciário para embasar a exordial acusatória, porquanto acolher essa alegação requer, necessariamente, um exame acurado do conjunto fático e, também, de ampla produção de provas, somente deslindável por meio da instrução.

Com o objetivo de obter o trancamento da ação penal de referência, os impetrantes afirmam que o Ministério Público pugnou pela absolvição da paciente e desistiu de todas as testemunhas de acusação e de “sua prova em juízo”. Entretanto, não há elementos nestes autos que permitam confirmar essa afirmação feita pelos advogados.

Na verdade, da leitura da documentação deste feito, o que se observa é que o Órgão Ministerial sentiu-se compelido a pugnar pela absolvição das pessoas de José Matias, Robson Bacelar e Carlos Augusto, mas não da paciente, segundo se verifica da leitura da cópia do parecer acostada à fl. 59. Diante disso, o juiz de piso proferiu sentença, através da qual absolveu estes codenunciados.

Porém, após a prolação da sentença mencionada, o Promotor de Justiça representou pela decretação da custódia cautelar da paciente, a qual fugiu do distrito da culpa, e o magistrado processante deferiu tal pleito, nos seguintes termos (fls. 74/77):

“(…) No que tange a prisão preventiva, ressalto que trata-se de medida cautelar, consistente na privação de liberdade do acusado. É decretada pelo juiz diante da existência dos



99

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

pressupostos legais, para assegurar os interesses sociais de segurança. Com efeito, consoante disposições expressas dos arts. 311 e 312 do CPP - com a redação dada pela Lei 12.403 de 04 de maio de 2011 -, em qualquer fase do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, ou mediante requerimento de quem dotado de legitimidade bastante, desde que exista prova do delito e indícios da autoria e se possa perquirir a necessidade de garantia da ordem pública ou econômica, a conveniência da instrução processual, assegurar a futura aplicação da lei penal e em caso de descumprimento de qualquer das condições impostas por força de outras medidas cautelares. Advirta-se, que as prisões provisórias devem estar pautadas pela excepcionalidade, demonstrada pela presença dos pressupostos e requisitos legais supra mencionados. **Observe a existência dos pressupostos cumulativos (a materialidade do fato descrito na denúncia e o indício de autoria encontram comprovação nos relatos prestados durante a fase preliminar do inquérito policial) e a presença de dois dos fundamentos para a decretação da prisão preventiva. Com efeito, a não localização da acusada MARTA SUELY MORAIS evidencia tentativa de se furtar à aplicação da lei penal e causar embaraços à instrução criminal.** Desta forma, por conveniência da instrução criminal e segurança da aplicação da lei penal, bem como por existir provas da materialidade e indícios da autoria, decreto a prisão preventiva de MARTA SUELY MORAIS (arts. 311, 312 e 313, do CPP). (...)” – grifos nossos.

Da leitura da decisão acima colacionada, infere-se que o magistrado processante apresentou elementos concretos a justificar a decretação da prisão preventiva da paciente, uma vez que esta, repita-se, fugiu do distrito da culpa, estando foragida até o presente momento.

Como se sabe, segundo farta jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a fuga, por si, constitui motivação idônea a justificar a segregação cautelar. Confira-se trecho de precedente do STJ nesse sentido:

(...) 3. Não existe ilegalidade patente na prisão preventiva decretada, uma vez que a medida extrema se encontra

5



Joo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

justificada na fuga do paciente do distrito da culpa, o que remete, de pronto, a uma das hipóteses previstas no art. 312 do Código de Processo Penal, pois fica evidenciada a necessidade da segregação antecipada para a aplicação da lei penal. (...) (HC 223.902/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 14/05/2013, DJe 21/05/2013) – grifos nossos.

Também a doutrina se posiciona no sentido de que a fuga constitui motivo mais do que suficiente à decretação da segregação cautelar. Julio Fabbrini Mirabete¹ ensina que a fuga ou a escusa em atender o chamamento judicial, dificultando o andamento do processo, retarda ou torna incerta a aplicação da lei penal, justificando a custódia provisória do réu foragido.

Assim, a decisão de encarceramento da paciente encontra-se completamente fundamentada em dados do caso concreto, não se vislumbrando ilegalidades na medida constritiva.

Ademais, com o escopo de ratificar o posicionamento que vem se desenvolvendo neste voto, convém ressaltar que a jurisprudência é firme no sentido de que o juiz de primeiro grau, mais próximo da causa e dos fatos, possui melhor visão acerca dos acontecimentos. Veja-se julgado daquela Corte no qual há incidência do Princípio da Confiança:

HABEAS CORPUS. DIREITO PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO. CUSTÓDIA CAUTELAR. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. LEGALIDADE. PROBLEMAS DE SAÚDE. PRISÃO DOMICILIAR. SUPRESSÃO. ADVOGADO. SALA DE ESTADO-MAIOR. CABIMENTO. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA. 1. Não é ilegal a custódia cautelar decretada e mantida para garantia da ordem pública, nas perspectivas da gravidade do crime e do clamor público. 2. Em sede de prisão preventiva, deve-se prestar máxima confiabilidade ao Juízo de primeiro grau, por mais próximo e, pois, sensível às vicissitudes do processo. (...)

¹ Mirabete, Julio Fabbrini, Código de processo penal interpretado: referências doutrinárias, indicações legais, resenha jurisprudencial: atualizado até julho de 2003/Julio Fabbrini Mirabete. – 11. ed. – 13. reimpr. São Paulo : Atlas, 2008.

6



303

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

(HC 56.352/MG, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO,
SEXTA TURMA, julgado em 11/09/2007, DJe 04/08/2008)

Na hipótese, o magistrado de piso, mesmo após absolver alguns dos codenunciados, entendeu por bem decretar a segregação cautelar da referida paciente.

Logo, diante de todo o exposto até o presente momento e aplicando-se à hipótese o Princípio da Confiança, inviável se mostra o trancamento da ação penal através da via estreita do *habeas corpus*, a qual é carente de dilação probatória, bem como não há que se falar em revogação do decreto de prisão preventiva, o qual encontra respaldo nas peculiaridades do caso em apreço.

No que se refere ao pleito de concessão da liberdade provisória à paciente, necessário destacar que, estando presentes os motivos autorizadores da prisão preventiva, não é possível a concessão da liberdade provisória, consoante inteligência do art. 321 do Código de Processo Penal.

Por fim, com relação ao pleito realizado pelos impetrantes no sentido de que seja declarada a prescrição da pretensão punitiva estatal em relação à paciente, tem-se que também não há como acolher as alegações dos causídicos nesse aspecto. Explico.

Da leitura das informações da autoridade impetrada, constata-se que o juiz singular suspendeu o processo e o prazo prescricional em relação à paciente, estando os autos no cartório daquele juízo aguardando a captura da mesma.

Inclusive, em consulta ao Sistema Judwin, observa-se que a defesa da paciente também requereu tal pleito perante o juízo de primeiro grau, tendo o magistrado assim decidido em decisão datada de 03/07/2014:

“(…) Compulsando os autos, observo que a acusada, processada por fato ocorrido em novembro/1997, nunca foi encontrada para ser citada apesar de este Juízo ter empreendido diversas diligências no intuito de localizá-la, não logrando êxito. O prazo prescricional foi suspenso em março/1999 (fls. 135). Considerando que a pena máxima

7



102

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

em abstrato para o delito imputado (art. 155, § 4 incs. II e IV) é de 08 (oito) anos, sua prescrição ocorreriam após 12 anos. Como no caso foi aplicado o art. 366 do CPP, suspenso o prazo em 05/03/1999 o mesmo voltou a correr em 04/03/2011, restando ainda seis (06) anos e três (03) meses antes de se ter por reconhecida a prescrição punitiva do Estado (Súmula 415 do STJ). (...)”

Como se vê, em razão da paciente não ter sido encontrada, o processo e o prazo prescricional ficaram suspensos e, na hipótese, o crime imputado à paciente (furto qualificado) tem pena máxima de oito anos, a qual, segundo o artigo 109, inciso III do Código Penal, prescreve em doze anos, lapso temporal que ainda não foi alcançado desde que se reiniciou a contagem do prazo para a prescrição, ao menos de acordo com o que consta destes autos.

Dessa forma, em face de tudo o que foi exposto, em que pese o posicionamento ministerial, voto pela denegação da ordem.

É como voto.

Recife, 24 de setembro de 2014.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator